

Apresentação do Dossiê

O discurso religioso: sentidos, práticas e dissensos

**Brian Gordon Lutalo Kibuuka
Kenner Terra
Lucas Nascimento
Marcelo da Silva Carneiro**

O discurso religioso configura-se como um objeto multifacetado de análise, transcendente a uma mera expressão de fé ou espiritualidade. Ao adentrar os meandros da linguagem sagrada, o discurso religioso articula, de maneira singular, práticas de poder, interações sociais e epistemologias próprias (Foucault, 1999). Neste sentido, a religião, enquanto fenômeno discursivo, desempenha papel fundamental na construção de subjetividades, legitimações políticas e formas de controle social (Habermas, 2019). Para entender as suas dinâmicas, torna-se imprescindível a análise do seu funcionamento dentro das esferas de discurso institucionalizado, que inclui desde a exegese teológica até a oralidade presente nas liturgias (Barthes, 2011).

Mas antes de refletirmos sobre as possibilidades de compreensão da noção de discurso religioso, é necessário pensar o que pode ser considerado “discurso”. No sentido adotado pelos analistas do discurso, ele não é sinônimo de fala, como na expressão “o discurso do padre hoje foi enérgico”. O sentido que os analistas de discurso atribuem ao termo vai além de um mero ato de comunicação. O discurso transcende a comunicação, estruturando as formas de sentir, pensar e agir. Ou seja, trata-se de uma prática social: ele ultrapassa a frase, é assumido por um sujeito, é orientado, interativo, contextualizado, regido por normas e constrói o sentido socialmente (Maingueneau, 2015).

No entanto não são apenas os analistas do discurso que trabalham com essa categoria, de modo que ela não é exclusiva dessa disciplina. Nas humanidades, o “discurso” se torna um objeto transdisciplinar, que é estudado desde sociologia a ciências da religião, e cada área constrói esse objeto com seus próprios recursos teórico-metodológicos. Nesse sentido, aqui vamos caminhar pela diversidade desse objeto, mas quando nos referirmos à análise do discurso é importante levar em consideração as especificidades supracitadas. Podemos pensar então o discurso religioso dentro de um campo bem amplo dos estudos do discurso, que abarca especialistas em suas mais diferentes áreas, e dentro de uma disciplina como a análise do discurso.

Como já apontava Barthes (2011), o discurso religioso não apenas transmite um sistema de crenças, mas engendra uma rede de significações que visa sustentar uma ordem simbólica. A teologia, enquanto prática hermenêutica, alicerça-se em narrativas fundacionais que orientam práticas discursivas e normativas, tais como os dogmas e rituais. Bourdieu (1972) enfatiza que essa construção discursiva molda habitus específicos, gerando sujeitos dotados de disposições que os habilitam a reconhecer e reproduzir o capital simbólico presente na tradição religiosa. Dessa forma, o campo religioso se apresenta como locus de produção e reprodução de poder simbólico, estruturando a relação dos fiéis com o sagrado e legitimando a ordem social (Bourdieu, 1972).

Habermas (2019), ao discutir a racionalidade comunicativa, destaca a dimensão dialógica do discurso religioso, argumentando que este pode ser compreendido como uma forma de saber prático que se insere no espaço público, especialmente em contextos de pluralismo religioso. Contudo, o filósofo alemão chama a atenção para os perigos inerentes ao discurso teológico dogmático quando este reivindica uma posição de exclusividade na verdade última, configurando-se como uma “língua totalitária” que ignora o princípio da reciprocidade na argumentação pública (Habermas, 2019). Nesse sentido, o discurso religioso, se não revisado criticamente, pode incorrer em formas de exclusão epistêmica, impedindo diálogos inter-religiosos e seculares (Taylor, 2011).

A perspectiva foucaultiana acerca do discurso religioso como dispositivo de poder também se faz pertinente. Para Foucault (1999), o discurso religioso participa de uma “economia geral do poder”, sendo intrinsecamente ligado às práticas de sujeição e resistência. Em sua obra “A Ordem do Discurso”, o autor afirma que as instituições religiosas, por meio

de suas práticas discursivas, determinam o que pode ou não ser dito, operando na formação do “regime de verdade” (Foucault, 1999). Assim, o discurso religioso age como um aparato de controle, regulamentando a conduta e modelando a moralidade, ao mesmo tempo em que participa da constituição de sujeitos dóceis e úteis à manutenção da hierarquia eclesiástica e social.

Por outro lado, para Tillich (1951), a linguagem religiosa transcende a simples função normativa e performativa, oferecendo uma “dimensão de profundidade” que se relaciona com o sentido último da existência humana. A hermenêutica teológica, portanto, não deve ser reduzida ao discurso autoritário, mas sim compreendida como uma via para a compreensão do ser e da experiência religiosa em toda a sua complexidade (Tillich, 1951). Esta abordagem se contrapõe ao modelo de análise foucaultiano ao reivindicar a autonomia da experiência religiosa como fonte legítima de conhecimento, resistindo ao reducionismo que a vê apenas como uma construção discursiva de poder.

Nesse sentido, a tensão entre o caráter normativo e o potencial emancipatório do discurso religioso tem sido objeto de intensos debates no campo da teologia contemporânea (Gutiérrez, 2000). A teologia da libertação, por exemplo, reconstrói o discurso religioso como uma ferramenta de resistência contra a opressão estrutural, reivindicando a centralidade dos pobres e marginalizados na narrativa sagrada (Gutiérrez, 2000). A partir dessa perspectiva, o discurso religioso adquire uma nova função política, não apenas legitimando as estruturas de poder existentes, mas oferecendo uma base discursiva para a transformação social e a justiça (Boff, 1986).

O discurso religioso é um fenômeno profundamente complexo, operando simultaneamente como um meio de consolidação de poder e de contestação das ordens estabelecidas. Sua análise requer um olhar crítico que abarque tanto suas funções institucionais quanto suas possibilidades de resistência e emancipação.

O discurso religioso, enquanto objeto de análise, também pode ser examinado a partir de teorias contemporâneas de análise do discurso, que enriquecem a compreensão de sua função social e simbólica. A análise de discurso, conforme desenvolvida por autores como Norman Fairclough (1995) e Teun A. van Dijk (2008), oferece ferramentas metodológicas que possibilitam a investigação das relações de poder, ideologia e hegemonia inscritas nas práticas discursivas religiosas. O discurso religioso, nesta perspectiva, não é neutro, mas carrega consigo elementos ideológicos que

moldam tanto as estruturas internas de fé quanto as interações da religião com outras esferas sociais, políticas e culturais.

Fairclough (1995) propõe uma abordagem tridimensional para a análise do discurso, que se revela particularmente útil para a compreensão do discurso religioso. Segundo ele, o discurso pode ser examinado em três níveis: como texto, como prática discursiva e como prática social. No primeiro nível, o discurso religioso, em suas formas escritas e orais, manifesta-se em textos que refletem sistemas de crenças e dogmas. Esses textos não são apenas descrições neutras da realidade religiosa, mas articulam visões de mundo que promovem certos valores e normas. No segundo nível, o discurso religioso enquanto prática discursiva revela os processos de produção, distribuição e consumo desses textos no contexto institucional da igreja ou de comunidades de fé. Por fim, no terceiro nível, como prática social, o discurso religioso participa da manutenção ou contestação de estruturas de poder e hegemonia, moldando as formas como as pessoas interpretam sua realidade social e política.

Van Dijk (2008), por sua vez, oferece uma abordagem crítica que enfoca as estratégias discursivas utilizadas para perpetuar relações de poder e construir representações ideológicas. O discurso religioso, sob essa ótica, pode ser analisado quanto à maneira como representa o sagrado, o profano e o papel dos fiéis, bem como às formas de inclusão e exclusão que opera. Van Dijk (2008) salienta que o discurso religioso frequentemente utiliza categorias binárias – como salvação e condenação, fé e heresia – para consolidar fronteiras simbólicas e assegurar a coesão ideológica de uma comunidade. Além disso, essas construções discursivas são frequentemente mobilizadas para legitimar hierarquias e ordens sociais, de modo que a análise do discurso permite desvelar como os significados religiosos estão enraizados em práticas discursivas de dominação (van Dijk, 2008).

É importante destacar, entretanto, que o discurso religioso não se limita à reprodução de estruturas de poder, sendo também um espaço de contestação e resistência. Michel Pêcheux (1988), ao discutir a noção de contradiscursos, aponta que o discurso religioso pode ser resignificado em contextos de luta social, funcionando como um instrumento de resistência à opressão. Na teologia da libertação, por exemplo, o discurso religioso é mobilizado para denunciar as injustiças estruturais e promover a emancipação dos oprimidos (Gutiérrez, 1988). Assim, a análise crítica do discurso religioso deve considerar tanto sua função hegemônica quanto seu potencial contra-hegemônico.

Dentro dessa abordagem, o discurso religioso não é um fenômeno estático, mas dinâmico, em constante interação com outras formações discursivas, como as políticas, culturais e econômicas. A perspectiva interdiscursiva de Fairclough (1995) é particularmente relevante para entender essa dinâmica, pois permite observar como o discurso religioso dialoga com outros campos discursivos, incorporando ou resistindo a elementos de discursos seculares, por exemplo. Um caso emblemático dessa interdiscursividade pode ser visto na maneira como o discurso religioso cristão se apropriou, ao longo dos séculos, de discursos filosóficos, políticos e econômicos para reforçar sua relevância em diferentes contextos históricos (Taylor, 2011).

Não se pode compreender o discurso religioso como uma entidade homogênea, uniforme em todos os contextos. Para entender um discurso religioso, é fundamental situá-lo, considerando o conceito de religião de modo mais amplo e também sua concretização em um contexto específico. Em outras palavras, como assegura Nascimento (2018), essa compreensão demanda enxergar o fenômeno religioso como um processo dinâmico e vivo, inserido em seu próprio evento e particularidade. A compreensão do fenômeno religioso em um determinado espaço não deve ser baseada em um ideal de como uma religião deveria ser, mas sim em como ela se manifesta em seu discurso concreto. Nesse sentido, é necessário observar quais elementos religiosos congregam as pessoas em um grupo com identidade própria, mesmo que nem todos os membros se identifiquem como religiosos (Nascimento, 2018). Por isso que o analista do discurso não abre mão de analisar o fenômeno tendo como materialidade um gênero do discurso, que é tão amplo e variável tal qual o próprio fenômeno religioso.

Para os analistas do discurso, a religião pode ser pensada como um discurso. Assim, compreender “o discurso religioso é buscar entender o homem atribuindo sentido a partir de sua observação dessa instância transcendente, que abrange a vida do indivíduo ou do grupo e confere um sentido último à sua existência” (Nascimento, 2018, p. 319-320).

Se tomarmos o caso do discurso religioso cristão tradicional, para analisá-lo é necessário compreender que sua verdade se fundamenta no revelado, e que a adesão a essa verdade se dá pela fé. Esse discurso, voltado para o que é considerado “necessário”, apresenta uma visão de mundo abrangente, buscando explicar a realidade em sua totalidade e atribuir-lhe um sentido sob o ponto do mundo espiritual. Assim, ele submete o destino dos

indivíduos e da sociedade a uma instância transcendente, no caso Deus, Javé, Jesus Cristo ou Espírito Santo; nesse contexto, o sujeito que argumenta age como intérprete e comentarista da vontade divina, supostamente expressa na Bíblia, na qual o meta-enunciador pertence à esfera da transcendência. Desse modo, “como [esse discurso] se pretende à verdade, ele funda uma ética que não admite outra e, por conseguinte, se estabelece como único” (Fiorin, 2013, p. 25). Não é à toa, por exemplo, que o discurso evangélico pentecostal no Brasil é bastante exclusivista.

A perspectiva de análise de discurso, assim, permite um olhar mais aprofundado sobre as complexidades do discurso religioso. Ela revela como esse discurso é, ao mesmo tempo, uma prática de controle social e uma via para a formação de identidades e resistências, ampliando a compreensão do papel que a religião desempenha na organização simbólica e material da sociedade.

Nesse sentido, os artigos que formam esse conjunto contribuem, de diversas formas, com o campo, em termos de reflexão e crítica a discursos religiosos. Um primeiro bloco de artigos trata de análises discursivas em textos bíblicos, em específico do Novo Testamento, seguindo a ordem canônica dos livros. Dois artigos complementam o dossiê tratando de questões ligadas aos discurso religioso na atualidade, com foco no campo católico. Importante indicar aqui que o dossiê contaria com outros artigos, tão relevantes quanto os que entraram, porém, devido ao problema enfrentado pela universidade neste ano, perdemos o acesso ao sistema e muitos artigos não puderam ser recuperados, até porque não sabíamos os nomes de autores e autoras. Ainda assim, apresentamos as contribuições para o dossiê:

O bloco inicial inicia com o artigo de Fagner Carvalho Silva e Lucas Nascimento (*A Religião e seus privilégios: a representação da interação argumentativa em Mateus 4:5-7*), em que analisam o texto de Mateus 4:1-11, a partir da análise dialógica da argumentação. Assim, eles introduzem uma metodologia inovadora para a interpretação de textos bíblicos, para além do usual estabelecido pelos Métodos Histórico-Críticos, a partir da noção de *Evento polêmico literário*. No caso, o evento indicado é o diálogo entre Jesus e o Diabo em Mateus. Por sua vez, Marcelo da Silva Carneiro e Josemir Jose Carvalho Junior aplicam o conceito de polifonia de Mikhail Bakhtin no texto de Lucas (*A polifonia como método de análise literária: um exercício de leitura em Lucas 7,36-50*), observando que os processos de transmissão, recepção e recriação das tradições orais e escritas, suas expansões e retrações, permitem perceber as

diferentes vozes presentes nos textos bíblicos. Ao mesmo tempo, apontam a produção literária do Cristianismo Primitivo como uma rede textual de rica diversidade, onde as vozes se multiplicam.

Saindo dos evangelhos, Silvio Gomes adentra o discurso de Paulo a partir de seu contexto farisaico (*Paulo e a forma do discurso farisaico*), buscando identificar semelhanças entre o discurso paulino e da literatura rabínica a partir do Talmude. Como objeto de análise, Gomes se detém na proximidade de Paulo com Hillel, um dos grandes mestres fariseus do período anterior a Jesus. E para fechar o bloco, Kenner Terra avalia o discurso de violência presente no livro do Apocalipse (*Discurso de Violência no Apocalipse de João e o corpo feminino: linguagem e poder*) enfocando o corpo feminino e como a linguagem apocalíptica é plena de símbolos de violência e esperança ao mesmo tempo. É um cenário em que as comunidades buscam firmar sua identidade em meio às crises por estarem em um cultura de dominação. Neste cenário a corporeidade feminina acaba sendo identificada no livro como algo maligno, próprio do sistema. Por isso, Kenner entende que se deve ter cautela na leitura do texto, para evitar interpretações misóginas e que difundam violência de gênero, que vai ser a tônica dos artigos que encerram o dossiê.

O artigo de Jaci Candiotta avalia o modo como a Igreja Católica trata o tema da diversidade sexual (*Entre a rejeição moral e o acolhimento pastoral: diferentes percepções e práticas na Igreja Católica em relação à população LGBTQIA+*), e identifica que nos documentos oficiais e no Direito Canônico se evidencia a ênfase na teologia moral clássica, em que os papéis de homens e mulheres são naturalizados e separados em funções sociais específicas, não permitindo, para além disso, pensar em sexualidades “desviantes” em relação ao padrão estabelecido. A partir disso, a autora apresenta a Rede Nacional de católicos LGBTs como forma de responder a essa lacuna que se torna meio de invisibilização e violência contra essa parte da sociedade. Encerrando o dossiê, Ronald Lopes elabora um artigo (*Arquétipos Religiosos e a Gestão da Angústia no Contexto Mariano*) que aponta como o discurso do patriarcado, a partir de sua matriz judaico-cristã, dominou o feminino, colocou as mulheres fora do eixo de poder, em especial no contexto da América Latina. Para isso, o autor faz uso do arquétipo de Maria, e como a ideia dela foi instrumentalizada pela estrutura dominante.

Referências

- BAKHTIN, Mikhail. *Para uma filosofia do ato responsável*. Trad. Valdemir Miotello e Carlos A. Faraco. São Carlos: Pedro & João editores, 2010.
- BARTHES, Roland. *Mitologias*. 11ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- BOFF, Leonardo. *A Igreja: carisma e poder*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- BOURDIEU, Pierre. *Esquisse d'une théorie de la pratique, précédé de trois études d'ethnologie kabyle*. Genève: Droz, 1972.
- FIORIN, José Luiz. A sacralização da política. In: FULANTI, O. N.; BUENO, A. M. *Linguagem e política: princípios teórico-metodológico*. São Paulo: Contexto, 2013.
- FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- GUTIÉRREZ, Gustavo. *Teologia da Libertação: Perspectivas*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- HABERMAS, Jürgen. *A Ética da Discussão e a Questão da Verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2019.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso e análise de discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- NASCIMENTO, Lucas, Silva. *Análise dialógica da argumentação: a polêmica entre afetivossexuais reformistas e cristãos tradicionalistas no espaço político*. (Tese de Doutorado). Salvador: Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, UFBA, 2018a.
- TAYLOR, Charles. *A Secular Age*. Cambridge: Harvard University Press, 2011.
- TILLICH, Paul. *Systematic Theology*. Chicago: University of Chicago Press, 1951.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discourse and Social Change*. Cambridge: Polity Press, 1995.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.
- VAN DIJK, Teun A. *Discourse and Power*. New York: Palgrave Macmillan, 2008.